

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS
26ª ASSEMBLEIA ARQUIDIOCESE DA PASTORAL

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS

ELABORAÇÃO: AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA – ASA

JUNHO DE 2011

CENÁRIO SOCIAL DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS

A Arquidiocese de Florianópolis tem uma área de 7.878 Km², que equivale a 12,10% do território Catarinense, e é formada por 30 municípios, sendo que 12 compõem a região central do litoral do Estado, banhadas pelo Oceano Atlântico, com forte atrativo turístico pelas belezas naturais. Outros 15 municípios apresentam uma realidade bem diferente, mantendo características típicas de pequenas cidades rurais com base na agricultura familiar.

1. ETNIA (ref. quadro 1)

A formação étnica predominante na Arquidiocese é a açoriana, alemã e italiana. Dos municípios da Arquidiocese, 13 (treze) foram colonizados por açorianos (Balneário Camboriú, Garopaba, Biguaçu, Bombinhas, Camboriú, Florianópolis, Gov. Celso Ramos, Itapema, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, São José e Tijucas). Outros cinco municípios tiveram a formação predominantemente alemã (Águas Mornas, Angelina, Rancho Queimado, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara) e dois municípios foram colonizados por italianos (Botuverá e Nova Trento). Os municípios de Guabiruba e Brusque receberam colonizadores alemães, italianos e poloneses. Anitápolis, além dos portugueses, alemães e italianos, também recebeu colonizadores russos. Os demais oito municípios receberam colonizadores portugueses, italianos e alemães.

A Igreja Católica contribui fortemente para a preservação das raízes culturais do nosso povo. Alguns costumes e festividades trazidos no período de colonização são cultivados em nossas comunidades, como é o caso da Festa do Divino Espírito Santo, Grupos Culturais, Orquestras, Corais, Grupo de terno de reis, boi-de-mamão, entre outras. A Arquidiocese também dispõe do Museu Arquidiocesano D. Joaquim e do Espaço Museal da Catedral que contribuem com a manutenção da parte da história do Estado de Santa Catarina.

Quadro 1: Formação Étnica e atividades econômicas preponderantes nos Municípios da Arquidiocese		
Município	Etnias	Atividades Econômicas
Águas Mornas	Alemã	Produção de hortaliças
Angelina	Alemã	Agricultura
Anitápolis	Portuguesa, alemã, italiana e russa	Agricultura
Antônio Carlos	Portuguesa, alemã e italiana	Agricultura
Balneário Camboriú	Açoriana	Turismo
Biguaçu	Açoriana	Indústria e Comércio
Bombinhas	Açoriana	Turismo, pesca e maricultura
Botuverá	Italiana	Extração Mineral, Indústria têxtil e Turismo
Brusque	Alemã, polonesa e italiana	Indústria (têxtil e metal-mecânica)
Camboriú	Açoriana	Extrativismo de granito, agricultura, turismo e comércio
Canelinha	Italiana e açoriana	Indústria cerâmica
Florianópolis	Açoriana	Turismo e comércio
Garopaba	Açoriana	Turismo
Governador Celso Ramos	Açoriana	Pesca e turismo
Guabiruba	Alemã e italiana	Indústria de confecção
Itajaí	Açoriana e alemã	Comércio atacadista (combustível e pesca), produção industrial (porto)
Itapema	Açoriana	Turismo e comércio
Leoberto Leal	Alemã, italiana, polonesa e açoriana	Agricultura
Major Gercino	Alemã, portuguesa, italiana e polonesa	Fruticultura
Nova Trento	Italiana	Agricultura, fabricação e comercialização de vinho
Palhoça	Açoriana	Agricultura e pesca
Paulo Lopes	Açoriana	Agricultura e pesca
Porto Belo	Açoriana	Pesca e turismo
Rancho Queimado	Alemã	Turismo e agricultura
Santo Amaro da Imperatriz	Alemã e açoriana	Turismo e agricultura
São Bonifácio	Alemã	Agricultura (fumo), olericultura e fabricação laticínios
São João Batista	Açoriana e italiana	Indústria e comércio de calçados
São José	Açoriana	Indústria e comércio
São Pedro de Alcântara	Alemã	Agricultura
Tijucas	Açoriana	Pesca e agricultura

2. A POPULAÇÃO NA ARQUIDIOCESE (ref. Quadro 2)

Segundo o Censo de 2010, a Arquidiocese tem uma população de 1.561.845 habitantes, quase 25% da população do Estado de Santa Catarina. Sua população cresceu aproximadamente 29% nos últimos 10 anos (JA). Das 20 cidades mais populosas do Estado, 07 são da Arquidiocese, que são: Florianópolis (2ª posição), São José (4ª posição), Itajaí (7ª posição), Palhoça (10ª posição), Balneário Camboriu (11ª posição), Brusque (12ª posição) e Camboriú (17ª posição).

Os municípios que têm como base da sua economia a agricultura apresentaram um decréscimo, sendo de -6,53% para São Bonifácio, -10% Leoberto Leal, -9,11% Angelina e -0,62% Anitápolis.

Destacam-se os municípios de Major Gercino e Botuverá que, mesmo não sendo litorâneos, tiveram transformada sua principal base da economia, a agricultura, o que possibilitou a manutenção das famílias já aí existentes e atraiu novos moradores com o crescimento da industrialização, sendo que Major Gercino cresceu com a indústria calçadista e Botuverá com as confecções.

Os municípios que apresentaram um crescimento acima de 50% na região litorânea da Arquidiocese foram: Itapema (+77,10%), Bombinhas (+64,20%), Porto Belo (+50,58%) e Camboriú (+50,24%).

Como se pode observar no Quadro 2, São João Batista cresceu 77,70% nesse período de 10 anos e transformou-se numa das cidades mais produtoras de calçados do Brasil, fato que decorre do fechamento de várias indústrias de calçados no Rio Grande do Sul, o que proporcionou um movimento migratório maior nessa região, sendo a principal motivação o mercado de trabalho.

Quadro 2 – População na Arquidiocese entre 2000 e 2010								
Nº	Nome do município	Total da população 2000	Total da população 2010	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Crescimento
1	Angelina	5.776	5.250	2.765	2.485	1.123	4.127	-9,11
2	Águas Mornas	5.390	5.546	2.808	2.738	2.327	3.219	2,81
3	Anitápolis	3.234	3.214	1.675	1.539	1.315	1.899	-0,62
4	Antônio Carlos	6.434	7.455	3.754	3.701	2.338	5.117	16%
5	Balneário Camboriú	73.455	108.107	51.393	56.714	108.107	0	47,17
6	Biguaçu	48.077	58.238	28.691	29.547	52.806	5.432	21,14
7	Bombinhas	8.716	14.312	7.207	7.105	14.312	0	64,2
8	Botuverá	3.756	4.468	2.278	2.190	1.310	3.158	19%
9	Brusque	76.058	105.495	52.400	53.095	102.017	3.478	38,7
10	Camboriú	41.445	62.289	31.111	31.178	59.157	3.132	50,24
11	Canelinha	9.004	10.603	5.372	5.231	6.726	3.877	17,76
12	Florianópolis	342.315	421.203	203.093	218.110	405.243	15.960	23,04
13	Garopaba	13.164	18.144	9.133	9.011	15.326	2.818	37,83
14	Gov. Celso Ramos	11.598	13.012	6.634	6.378	12.264	748	12,19
15	Guabiruba	12.976	18.433	9.352	9.081	17.069	1.364	42,05
16	Itajaí	147.494	183.388	90.141	93.247	173.465	9.923	24,34
17	Itapema	25.869	45.814	22.387	23.427	44.676	1.138	77,1
18	Leoberto Leal	3.739	3.365	1.754	1.611	820	2.545	-10%
19	Major Gercino	3.143	3.279	1.672	1.607	1.249	2.030	4%
20	Nova Trento	9.852	12.179	6.177	6.002	9.121	3.058	23,62
21	Palhoça	102.742	137.199	68.332	68.867	135.229	1.970	33,54
22	Paulo Lopes	5.924	6.692	3.404	3.288	4.820	1.872	12,96
23	Porto Belo	10.704	16.118	8.013	8.105	15.203	915	50,58
24	Rancho Queimado	2.637	2.748	1.398	1.350	1.290	1.458	4%
25	Santo Amaro da Imperatriz	15.708	19.830	9.986	9.844	14.977	4.853	26,24
26	São Bonifácio	3.218	3.008	1.551	1.457	685	2.323	-7%
27	São João Batista	14.861	26.260	13.287	12.973	23.551	2.709	76,7
28	São José	173.559	210.513	101.794	108.719	208.017	2.496	21,29
29	São Pedro de Alcântara	3.584	4.710	2.994	1.716	3.735	975	31,42
30	Tijucas	23.499	30.973	15.497	15.476	26.012	4.961	31,81
TOTAL		1.207.931	1.561.845	766.053	795.792	1.464.290	97.555	29,29%

2.1. RELAÇÃO CAMPO CIDADE (ref. Quadro 2)

As relações estabelecidas entre o campo e a cidade são resultados de um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, que modificam o espaço urbano e rural. Com o fim da auto-suficiência do campo, a partir de novas tecnologias que são desenvolvidas para o trabalho rural, a dependência dos serviços e equipamentos implantados nas cidades evidencia que a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser pensados separadamente, sendo opostos, mas interdependentes e complementares.

Nos dados apresentados pelo censo de 2010, observa-se que no espaço da Arquidiocese de Florianópolis, a população rural representa 6%, sendo que os municípios que têm como principal atividade econômica a agricultura reduziram a sua população, mas ainda se constituem como municípios com preponderância rural. São eles: Angelina (-9,11%); Anitápolis (-0,62%); Leoberto Leal (-10,0%) e São Bonifácio (-6,53%).

As cidades com preponderância rural que cresceram são: Antônio Carlos; Botuverá; Major Gercino; Rancho Queimado. Destaque é Botuverá, que alterou sua atividade econômica e passou da agricultura para confecção; e Major Gercino que, com o crescimento populacional de São João Batista, cidade vizinha, teve também seu crescimento.

2.2. REPRESENTAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA E GÊNERO (ref. Quadro 3, 4,5 e 6)

Em relação ao sexo, o percentual é de 51% de mulheres e 49% de homens. Conforme dados apresentados no quadro 3, na Arquidiocese o maior índice populacional tem até 34 anos de idade, o que representa um total de 57,17% do total populacional. A maior concentração da população se encontra entre 35 e 49 anos de idade, o que equivale a 22,18% da população. Em segundo lugar está a população com faixa etária de até 14 anos, com uma representação de 20,50% da população. A população idosa de mulheres é superior à de homens, somando uma diferença de 20.283 mulheres a mais do que homens na faixa etária a partir dos 60 anos. Por outro lado, a menor diferença de gênero se encontra na faixa etária entre 15 e 49 anos, com apenas 6.883 mulheres a mais do que homens.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	%
Até 14 anos de idade	163.133	156.851	20,50
De 15 a 24 anos de idade	141.109	139.296	17,97
De 25 a 34 anos de idade	146.152	145.929	18,70
De 35 a 49 anos de idade	168.613	177.532	22,18
De 50 a 59 anos de idade	78.807	87.793	10,67
De 60 a 74 anos de idade	53.635	64.046	7,53
De 75 a 89 anos de idade	13.463	22.161	2,28
De 90 a 100 anos de idade	763	1.937	0,17
Total	765.675	795.545	100

Os municípios da Arquidiocese que registraram maior índice populacional entre 0 a 34 anos são aqueles que apresentaram alterações na dinâmica econômica; boa parte desses municípios têm Centros Universitários e se destacam no setor da construção civil, exceto Itajaí e São João Batista, que se destacam em outros setores.

Por outro lado, os municípios que apresentaram maior índice populacional de homens e/ou mulheres entre 35 e 59 anos, e acima de 60 anos, são, em sua maioria, as que conservam como base de sua economia a agricultura. Dos seis municípios com maior índice populacional acima de 60 anos, São Bonifácio, Angelina e Anitápolis registraram um decréscimo populacional nos últimos 10 anos.

Quadro 4: Municípios com maior índice populacional de homens e mulheres entre 0 a 34 anos		
Cidade	Homens	Mulheres
Camboriú	64,1%	62,6%
São João Batista	62,4%	61,2%
Palhoça	61,1%	59,2%
Itajaí	61,0%	
Canelinha		58,9%
Biguaçu	60,5%	58,6%

Quadro 5: Municípios com maior índice populacional de homens e/ou mulheres entre 35 a 59 anos		
Cidade	Homens	Mulheres
São Bonifácio	37,0%	34,7%
Botuverá	36,6%	
Anitápolis	36,5%	34,5%
Governador Celso Ramos	36,1%	35,8%
Florianópolis		34,5%
Rancho Queimado	36,4%	

Quadro 6: Municípios com maior índice populacional de homens e/ou mulheres acima de 60 anos		
Cidade	Homens	Mulheres
São Bonifácio	16,4%	20,2%
Major Gercino	13,9%	15,9%
Angelina	13,8%	18,6%
Anitápolis	13,5%	15,9%
Rancho Queimado	15,0%	13,2%
São Pedro de Alcântara		20,5%

3. ECONOMIA (ref. quadro 1)

As atividades econômicas predominantes nos municípios da Arquidiocese são: serviços, turismo, comércio, pesca e agricultura familiar. No que se refere ao mercado formal de trabalho, aquele de carteira assinada, o setor de serviços, se comparado com o total de trabalhadores registrados nos municípios da Arquidiocese, é o que mais emprega.

A sequência do total de trabalhadores registrados na região da Arquidiocese é a seguinte: serviços (34,47%), administração pública (23,97%), comércio (19,49%), indústria da transformação (14,71%), construção civil (4,53%), agropecuária (1,37%), serviços industriais de utilidade pública (1,27%) e o extrativismo mineral (0,18%).

Por setor econômico, Itajaí se destaca no setor portuário e no extrativismo mineral. O município de Brusque se destaca, de forma isolada, na indústria de transformação. Em São José, o setor que mais se destaca é a construção civil. Já o município de Florianópolis lidera de forma isolada os demais setores: administração pública, serviços, comércio, e serviços industriais de utilidade pública. O setor que tem se destacado em Florianópolis é o de tecnologia, que é responsável por 45% do PIB do município.

A economia na Arquidiocese tem-se transformado constantemente. Existe um processo acelerado de instalação de grandes empresas em diversas cidades da Arquidiocese, o que na sua maioria visa ao grande número de consumidores presente na região, principalmente na alta temporada. Esse processo cria oportunidades de trabalho por um lado, mas que nem sempre encontra mão-de-obra qualificada para atender essa demanda; por outro lado, influencia drasticamente a dinâmica das pequenas e micro empresas, que são obrigadas a competir com empresas gigantes, como é o caso das multinacionais.

Outro aspecto que merece destaque é o alto índice de desemprego que ocorre na baixa temporada, principalmente nos municípios em que a base da economia é o turismo, sendo que nos outros meses do ano os trabalhadores devem buscar outras fontes de renda, como é o caso da pesca da tainha.

Neste contexto, surgem os empreendimentos de economia solidária, como uma alternativa ao desemprego em diversas comunidades. São grupos de artesãos, cooperativas de mariculturas,

associações de agricultores e apicultores, entre outros. No último mapeamento, realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foram identificados 68 empreendimentos de economia solidária nos municípios da Arquidiocese. A maioria destss empreendimentos se compõe de mulheres que sobrevivem com trabalhos manuais e artesanais, buscam produzir e comercializar de forma coletiva, contrapondo a lógica atual do sistema capitalista que induz ao individualismo.

4. POPULAÇÃO INDÍGENA NA ARQUIDIOCESE (ref. Quadro 7)

No território que constitui a arquidiocese de Florianópolis estão presentes 09 comunidades indígenas da nação Guarani, com uma população média de 500 pessoas, sendo esta em mais de 50% formada por crianças, adolescentes e jovens.

As quatro últimas comunidades foram formadas em terras adquiridas especificamente para essas comunidades, com recursos advindos do convênio DNIT/FUNAI na duplicação da BR 101 trecho Palhoça-Osório.

As 09 comunidades em sua grande maioria sobrevivem com a produção e venda do artesanato Guarani, deslocando-se, na maioria das vezes, até o centro de Florianópolis, onde em situações precárias procuram comercializar suas mercadorias. Pelo fato de não possuírem um espaço adequado e condições dignas para a venda, os indígenas são confundidos muitas vezes pela população como pedintes e/ou mendigos, desvalorizando assim os produtos expostos, que acabam não sendo apreciados pelos que circulam pelas ruas do centro de Florianópolis.

Além da comercialização do artesanato, alguns indígenas ainda possuem aposentadoria, são beneficiários do Programa do Governo Federal Bolsa Família, agentes de saúde e alguns são professores. A renda, porém, de que dispõem não é o suficiente para a sobrevivência digna, passando por dificuldades e carências diversas.

A demarcação das terras ainda continua sendo a principal luta dos povos indígenas. Até o momento, três terras ainda estão sem identificação, ou seja, não se iniciou nenhum processo de estudo para a demarcação da terra. A comunidade do Morro dos Cavalos já está demarcada, porém ainda falta concluir a indenização dos não-indígenas, para que o povo possa ocupar toda a terra. Essas terras geralmente são pequenas e impróprias para o cultivo da agricultura, até mesmo para o sustento da aldeia.

Uma boa parte dos grandes projetos econômicos que são desenvolvidos em áreas de ocupação das populações tradicionais, empobrecidos e menos favorecidos, são em sua grande maioria iniciados sem um diálogo ou qualquer aproximação com a população. As pessoas tendem a se organizar e adaptar seu jeito de viver, em muitos casos, tendo que ser removidos do local para dar espaço aos projetos. No caso da obra de duplicação da BR 101 sentido sul, uma boa parte dos indígenas tiveram que sair de suas terras e comprarem outras propriedades, fora do local onde já haviam estabelecido relações e instalado suas famílias.

Quadro 7 – População Indígena na Arquidiocese					
n.º	Aldeia indígena	Município	População	Tamanho em hectare	Situação fundiária
01	Itaty/ Morro dos Cavalos	Palhoça	120	1.888	Demarcada
02	Massiambú	Palhoça	60	3,85	Em identificação
03	Cambirela	Palhoça	15	A definir	Em identificação
04	Yynn Moroti Wherá/M Biguaçu	Biguaçu	128	59	Regularizada
05	Tekoha Yvy Dju Mirim	Biguaçu	27	A definir	Em identificação
06	Curý	Biguaçu	74	509	Regularizada
07	Itanhém	Biguaçu		217	Regularizada
08	Vya	Major Gercino	71	104	Regularizada
09	Tawa'I	Canelinha	23	208	Regularizada

5. POPULAÇÃO CARCERÁRIA (ref. Quadro 8)

Santa Catarina tem hoje uma população carcerária de aproximadamente 15.660 presos e apenas 9.471 vagas, havendo um déficit de 6.189 vagas. Nos últimos dez anos a população carcerária em Santa Catarina cresceu 187%, enquanto no mesmo período o crescimento populacional foi bem menor, de 21%. Na Arquidiocese de Florianópolis concentra-se uma população carcerária de 5.625 presos, equivalente a 35,9% da população carcerária total.

O sistema prisional vigente é falido e desumano. As unidades prisionais disponíveis não conseguem atingir com qualidade toda a demanda de presos, causando superlotação e insegurança. A maioria das unidades prisionais foi edificada no improviso, sem planejamento. Cadeias públicas recebem a denominação de “presídios” (ambiente para presos provisórios, aqueles que ainda não foram condenados), ignorando a urgência de Penitenciárias (para presos condenados), porém tanto um modelo como outro são depósitos de presos, sem acompanhamentos e tratamento humano.

Abaixo o Quadro Demonstrativo das Unidades Prisionais existentes nos municípios da Arquidiocese de Florianópolis. Salientamos que os números apresentados referentes à população atendida não são dados oficiais da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, haja vista que o órgão não disponibiliza nenhuma informação nesse sentido; foram coletados a partir de artigos da Pastoral Carcerária, Universidades, Secretaria de Estado da Saúde e outros meios de verificação confiáveis. Os números não revelam a população na sua totalidade, mas, sim, uma população média. Diante disso, estaremos trabalhando com números próximos do real.

Quadro 8 – População Carcerária na Arquidiocese						
Unidades Penais	Município	Vagas	Total atendidos		Total Geral	Déficit (%)
			M	F		
Penitenciária	Florianópolis	710	720	0	720	-10
Casa do Albergado	Florianópolis	40	644	0	644	-604
Presídio Feminino	Florianópolis	58	0	129	129	-71
Presídio Masculino	Florianópolis	256	319	0	319	-63
Hospital de Custódia	Florianópolis	72	145	0	145	-73
Centro de Triagem	Florianópolis	72	205	0	205	-133
Centro de Triagem do Estreito	Florianópolis	74	188	0	188	-114
Colônia Agrícola	Palhoça	300	266	0	266	88
Presídio	Biguaçu	28	107	0	107	-81
Presídio Regional Misto	Tijucas	140	225	50	275	-135
Penitenciária	São Pedro de Alcântara	1.058	1.280	0	1.280	-20
Unidade Prisional Avançada	Itapema	72	110	0	110	-38
Unidade Prisional Avançada	Brusque	72	115	0	115	-43
Presídio Regional	Balneário Camboriú	104	324	68	392	-288
Presídio Regional	Itajaí	198	306	112	418	-220
Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	Itajaí	372	303	0	303	69
Total: 16 unidades	09 Municípios	3.626	5.266	359	5625	-155

Obs: Além desses números, ainda encontram-se encarcerados nas delegacias de bairros, DEIC e na unidade da Polícia Federal em Florianópolis.

6. DEFENSORIA PÚBLICA

No Brasil, o único Estado que não possui Defensoria Pública é o Estado de Santa Catarina. A Defensoria Pública foi criada pela Constituição Federal de 1988 para garantir assistência jurídica integral às pessoas que não têm condições de contratar um advogado. O defensor público deverá dar orientação e esclarecimentos às pessoas sobre seus direitos ou sobre as ações judiciais. A assistência consiste no acompanhamento antes e depois de a ação ter sido julgada pelo juiz.

O Estado de Santa Catarina optou por um modelo de Defensoria Pública que fere a CF 1988, o da Defensoria Dativa; esta se caracteriza pela disponibilidade de um advogado particular para acompanhar o cidadão durante o processo e oferecer assistência judiciária, ou seja, somente no momento da audiência. Esse serviço é organizado em Santa Catarina pela Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB-SC), que anualmente recebe do Governo do Estado um recurso exorbitante para o gerenciamento desse serviço, cerca de R\$ 1.330.000,00 por mês.

A grande diferença entre um modelo e outro é exatamente o compromisso institucional legal com o acesso à justiça, e o papel transformador desta, e não, como ocorre com a advocacia dativa, apenas o acesso judiciário.

Diante da ineficácia do Estado na garantia e acesso à justiça aos menos favorecidos, foi organizado o Movimento pela Criação da Defensoria Pública em SC, que conta com a participação de universidades, movimentos sociais, pastorais sociais, Cáritas, juristas, Defensores Públicos da União e estudantes. Esse movimento provocou a discussão do tema nos espaços públicos e acadêmicos, causando vulto a temática, resultando na coleta de mais de 50 mil assinaturas, para a proposta de Lei de Iniciativa Popular. O documento já foi entregue aos deputados estaduais, e no momento encontra-se em análise.

7. MORTES POR CAUSA VIOLENTA

O percentual de mortes por causa violenta em Santa Catarina aumentou em 158% em 10 anos, e nesse contexto as cidades com mais de 50 mil habitantes são as que aparecem no ranking, sendo a maioria no território da Arquidiocese: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú.

Segundo o Mapa da Violência 2011, elaborado pelo Instituto Sangari, a pesquisa aponta que 73,6% das mortes entre jovens – 15 a 24 anos – são provocadas por homicídio, acidente ou suicídio. O destaque nessa faixa etária fica para os homicídios: 39,7% do total. Em sua grande maioria, essas mortes têm ligação direta com o narcotráfico e o mundo do crime, que a cada dia seduz um número maior de adolescentes. A violência no trânsito também surge como uma das principais causas da morte violenta em Florianópolis e região, cerca de 17,85%.

O número de homicídios dolosos (com intenção de matar) em Santa Catarina teve queda de 16,88% no comparativo entre o mês de janeiro de 2010 e o mesmo período do ano de 2009. Foram 64 assassinatos em 2010 contra 77 registrados em janeiro de 2009. Na Grande Florianópolis também houve redução. Foram 11 homicídios dolosos atendidos pela Segurança Pública no período de 1º a 31 de janeiro em 2010 contra 16 registrados em 2009. Uma redução de 31,25%.

Dos 64 assassinatos, sete (07) aconteceram em Itajaí, seguindo-se Florianópolis (06) e Joinville (06). Municípios como Balneário Camboriú, Camboriú e Navegantes registraram apenas um homicídio. A maioria dos assassinatos apresenta como motivação principal o tráfico e o consumo de drogas e as desavenças - que incluem brigas em bar, discussão de vizinhos e vingança. Surpreende o número de crimes passionais. Foram oito no Estado neste primeiro mês do ano, sendo três na Grande Florianópolis. A droga, aliás, representa quase que 80% da motivação dos crimes contra a vida. A maioria dos crimes aconteceu em via pública seguido de residência e bares e similares. Com relação aos homicídios ocorridos em via pública, mais de 33% dos casos estão comprovadamente ligados ao tráfico de drogas. Arma de fogo ainda é o instrumento mais usado na prática do crime. O número de assassinatos na região da Grande Florianópolis também teve uma redução de 31,25% no comparativo entre janeiro de 2009 e 2010. Foram registrados 16 homicídios dolosos no ano de 2009 contra 11 ocorridos em 2010.

Dos 11 assassinatos, seis aconteceram em Florianópolis; dois em Palhoça, dois em São José, e um em Biguaçu.

8. MEIO AMBIENTE

Por muitos anos vivemos como se os recursos naturais fossem inesgotáveis. Atualmente estamos testemunhando as grandes alterações climáticas, com a ocorrência constante de catástrofes ambientais, tais como: enchentes, ciclones, furacões, terremotos, chuvas de granizo, entre outros.

Nos municípios litorâneos da Arquidiocese, o meio ambiente é atingido de forma desordenada pela pesca industrial que põe em risco a sobrevivência de diversas espécies marinhas. Há um processo acelerado de ocupação desordenada do solo, incluindo construções irregulares e grandes empreendimentos imobiliários, modificando substancialmente as paisagens naturais das cidades. Da mesma forma, a especulação imobiliária de nossas cidades influencia violentamente os ecossistemas costeiros, causado em sua maioria por desmatamentos, aterramentos, esgotos inadequados, entre outros.

Nos municípios rurais da Arquidiocese a forma de degradação ambiental é diferente. Com a diminuição populacional de muitas cidades, ocorre a ampliação de propriedades e um investimento massivo na plantação de pinos, destruindo a mata atlântica. O uso de agrotóxico nos municípios rurais é outro grave problema que põe em risco a integridade física e psicológica dos agricultores e polui rios e matas.

Outro aspecto ambiental que merece uma reflexão mais profunda é a instalação de grandes empresas multinacionais nos municípios da Arquidiocese. Em 2010 houve um grande debate sobre a implantação do estaleiro da Empresa OSX em Biguaçu, mas depois de muitas reuniões e polêmicas decidiu mudar de cidade. Atualmente existe o projeto de implantação de uma fosfateira do Grupo Yara e Bunge em Anitápolis.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, através da Campanha da Fraternidade de 2011 mostrou a gravidade e a urgência dos problemas ambientais provocados pelo aquecimento global, buscando um compromisso dos cristãos no enfrentamento destes problemas a fim de conservar as condições de vida no planeta. No mês de maio de 2011, o Vaticano apresentou um relatório da Pontifícia Academia de Ciências, que sugere que todos os países devem buscar alternativas numa rápida transição para as energias renováveis e em outras estratégias para reduzir as emissões de CO₂ (dióxido de carbono). O relatório afirma que “o custo dessas medidas é pouco em comparação com o preço que o mundo pagará se não agirmos agora”.

8.1. CATÁSTROFES AMBIENTAIS (ref. Quadro 9)

No ano de 2008, a Arquidiocese sofreu com os eventos climáticos provocados pelo fenômeno do El Niño, tendo como consequência as cheias nos rios, em Itajaí, Brusque, Guabiruba, São José, São Pedro de Alcântara, Palhoça e Camboriú. Também houve escorregamentos atingindo os municípios de Itajaí, Brusque, São José. Neste ano o Estado contabilizou 135 mortos e 80.000 mil desalojados e desabrigados. Em função da magnitude do evento não foi possível a Defesa Civil contabilizar quantos foram os desalojados e os desabrigados no Estado.

Em 2009 foram registradas novas ocorrências de cheias, deixando vários municípios em situações de emergência; foram somados a esses eventos marés altas em Florianópolis, Balneário Camboriú, Tijucas, Itapema; granizo em Biguaçu e Antônio Carlos. Como resultado destes eventos foram registradas 4 mortes e 310 desabrigados e 852 desalojados.

Em 2010, o município de Florianópolis foi atingido por uma ressaca que deixou 1.700m de orla danificados pela erosão do solo provocada pelo mar agitado e 77 pessoas afetadas.

Após os eventos ocorridos em 2008, a Defesa Civil passou a ter mais visibilidade pela população e a ser reconhecida nacionalmente por seu papel em Gestão de Desastres. Como consequência de diversas articulações nacionais por parte de membros da Defesa Civil, essa teve como resposta em especial em Santa Catarina a organização da Secretaria de Estado de Defesa Civil.

Quadro 9: Mapa da ocorrência de desastres naturais na Arquidiocese		
Município	Desastres por Municípios	Estações do ano
Florianópolis	Escorregamentos	Primavera
Balneário Camboriú	Inundações Bruscas /escorregamentos	Primavera
São José	Inundação brusca/ Escorregamentos	Verão
Santo Amaro da Imperatriz	Inundações Bruscas	Verão
Brusque	Inundações Brusca / escorregamentos	Primavera
Itapema	Inundações /escorregamento	Primavera
Tijucas	Maré de tempestade	Outono
Antônio Carlos	Inundação Brusca	Verão /Inverno
Itajaí	Inundações Bruscas /escorregamentos	Primavera
Biguaçu	Inundações Bruscas/ escorregamentos/ granizo	Verão/ Inverno
Leoberto Leal	Inundações Bruscas /escorregamentos	Primavera

9. IDH NA ARQUIDIOCESE (quadro 10)

O cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é composto pelos seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Renda Nacional Bruta.

Os municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, e os municípios com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Todos os trinta municípios da Arquidiocese estão acima da média nacional que é de 0,699, sendo que o IDH mais baixo foi apresentado pelo município de Leoberto Leal 0,748 e o mais alto 0,875 é o de Florianópolis. O Estado de Santa Catarina ainda pode comemorar por ter o IDH mais elevado em comparação com outros Estados do Brasil, apesar de ter desafios para enfrentar. Numa visão geral, na Arquidiocese temos 5 municípios (Florianópolis, Balneário Camboriú, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Brusque) com IDH acima da média estadual e os outros 25 municípios abaixo dessa média.

Quadro 10: Índice de Desenvolvimento Humano					
Nº	Município	IDH	Nº	Município	IDH
1.	Florianópolis	0,875	16.	Porto Belo	0,803
2.	Balneário Camboriú	0,867	17.	Major Gercino	0,799
3.	São José	0,849	18.	Botuvera	0,795
4.	Santo Amaro da Imperatriz	0,843	19.	Canelinha	0,795
5.	Brusque	0,842	20.	São Pedro de Alcântara	0,795
6.	Itapema	0,835	21.	Governador Celso Ramos	0,790
7.	Tijucas	0,835	22.	Garopaba	0,785
8.	Guabiruba	0,829	23.	São Bonifácio	0,785
9.	Antônio Carlos	0,827	24.	Águas Mornas	0,783
10.	Itajaí	0,825	25.	Anitápolis	0,773
11.	São João Batista	0,819	26.	Rancho Queimado	0,773
12.	Biguaçu	0,818	27.	Angelina	0,766
13.	Palhoça	0,816	28.	Camboriú	0,764
14.	Nova Trento	0,815	29.	Paulo Lopes	0,759
15.	Bombinhas	0,809	30.	Leoberto Leal	0,748
IDH do Brasil: 0,699					
IDH de SC: 0,840					

10. ACESSO A REDES DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA (quadro 11)

No censo do IBGE de 2000, o acesso ao **abastecimento público de água** era de apenas 60,36% do total das unidades familiares dos 30 municípios da Arquidiocese, sendo que São José teve o melhor indicador com 96% e Angelina teve o pior com 13%.

No que se refere à **rede de esgoto**, a média Arquidiocesana, similar à média estadual, era de 13,06%. É baixa, porém não tanto, se comparada à média estadual que é de 7%.

Em relação ao acesso à **energia elétrica**, a média Arquidiocesana é de quase 100%, isto é, 99,53%, acima da do Alto Vale do Itajaí que é 97,75%, e bem acima da média do Planalto Norte que é de 92,96%.

Quadro 11: Acesso à redes públicas de água, esgoto e energia elétrica			
Município	Água	Esgoto	Energia Elétrica
	%	%	%
Águas Mornas	17	1	100
Angelina	65	1	100
Anitápolis	34	6	97
Antônio Carlos	29	4	100
Balneário Camboriú	94	83	100
Biguaçu	77	21	100
Bombinhas	60	0	100
Botuverá	25	05	98
Brusque	84	22	100
Camboriú	75	35	99
Canelinha	82	16	100
Florianópolis	90	48	100
Garopaba	58	0	100
Governador Celso Ramos	90	06	99
Guabiruba	50	06	99
Itajaí	94	35	100
Itapema	89	03	100
Leoberto Leal	16	01	99
Major Gercino	22	05	100
Nova Trento	44	04	99
Palhoça	89	03	100
Paulo Lopes	65	0	100
Porto Belo	79	02	99
Rancho Queimado	26	03	100
Santo Amaro da Imperatriz	77	21	100
São Bonifácio	25	0	100
São João Batista	81	8	100
São José	96	31	100
São Pedro de Alcântara	46	0	98
Tijucas	84	22	99

11. MAPA DA FOME DA ARQUIDIOCESE (ref. Quadro 12)

Infelizmente a miséria e a fome ainda é uma realidade na vida de muitas famílias dos municípios da Arquidiocese. O crescimento econômico atrai diversas pessoas para as cidades litorâneas em busca de uma melhor qualidade de vida. Até a década de 90 ocorria o êxodo de muitas famílias dos municípios rurais de Santa Catarina, principalmente do Oeste Catarinense para os municípios litorâneos, aumentando as demandas sociais destes. Atualmente os municípios litorâneos têm recebido migrantes de outros estados da federação, com destaque para o Estado do Paraná e alguns Estados Nordestinos. Geralmente, em ambos os casos, surge uma demanda cultural por um lado, pois há diferença distinta nas tradições destas populações, e por outro apresentam demandas sociais que não são apenas de responsabilidades dos cristãos ou das entidades sociais, mas em primeira instância é de responsabilidade do poder público municipal.

Acompanhando o crescimento dos municípios surgem diversas comunidades empobrecidas, algumas delas no alto dos morros ou em áreas de preservação permanentes. Somente no município de Florianópolis estima-se que há aproximadamente 60 comunidades empobrecidas, que apresentam um universo imensurável de necessidades que abrange desde habitação, saúde, saneamento, educação, trabalho, entre outros.

A Igreja Católica através das Ações Sociais Paroquiais e Pastorais Sociais têm forte atuação junto a estas comunidades. A atuação com estas comunidades geralmente inicia com trabalhos de atendimento emergencial (alimentos, roupas, medicamentos, etc.), avançando posteriormente com o aprimoramento de sua ação com iniciativas sócio-transformadoras, como é o caso dos cursos profissionalizantes, geração de trabalho e renda, programas sócio-educativos, encaminhamentos para a rede sócio-assistencial, entre outros.

Considerando a indisponibilidade dos dados completos do censo 2010, o resultado apresentado no quadro 12 (mapa da fome) foi elaborado a partir de um cruzamento de dados, com elementos extraídos do Diagnóstico da Exclusão Social de Santa Catarina e da taxa de crescimento populacional dos municípios da Arquidiocese, entre os anos de 2000 e 2010. Portanto, o quadro apresenta uma projeção da taxa de pobreza

moderada (US\$ 2,00 dia) e da pobreza extrema (US\$ 1,00 dia), conforme definição do Banco Mundial. Os dados apresentados no quadro 12 atendem com proximidade a realidade social dos municípios que compõem a Arquidiocese de Florianópolis.

No contexto geral, percebe-se no quadro 12 que a maior percentagem dos municípios com pessoas com renda insuficiente para manter os padrões mínimos de sobrevivência (pobreza extrema), encontra-se nos municípios rurais, com destaque para Angelina e Leoberto Leal que somam 27,4% e 21,4% do total da população com renda insuficiente, respectivamente. Há de se considerar que nos municípios rurais as necessidades sócio-econômicas apresentam-se de forma diferente dos municípios urbanos, considerando que nos rurais existem outros recursos para combater a fome, como é o caso das plantações e criações diversas. Contudo, o levantamento apresentado no quadro 12 teve base na renda per capita das famílias.

Na soma geral dos municípios que apresentaram o maior índice de pobreza, incluindo a moderada e a extrema, oito municípios da Arquidiocese apresentaram taxa de pobreza igual ou maior que 50% do total da população, conforme a seguinte ordem: Angelina (75,8%), Leoberto Leal (67,1%), Anitápolis (63,1%), Garopaba (56,9%), Rancho Queimado (56,4%) e São Bonifácio (54,2%), Camboriú (52,8%), Bombinhas (51,5%) e Governador Celso Ramos (50%). Segundo levantamento realizado pela Ação Social Arquidiocese em 2010, na maioria destes municípios ainda não existem Ações Sociais Paroquiais bem organizadas.

Nas cidades litorâneas que tiveram crescimento populacional acima de 50% em 10 anos, a média de pessoas com renda insuficiente está entre 3,4% em Brusque e 13,6% em Camburiu. Do ponto de vista da quantidade de pessoas com renda insuficiente, este universo é muito maior nos municípios rurais. É importante considerar que nos municípios litorâneos as necessidades básicas de sobrevivência surgem com mais intensidade, compondo um fator de dependência de atores externos para a emancipação destas famílias.

Quadro 12: Mapa da Fome da Arquidiocese							
Nº	Nome do município	Total da população 2010	Total de Pobres US\$ 2,00 por dia	% pessoas pobres	Total Pessoas com renda Insuficiente US\$ 1,00 por dia	% pessoas com renda insuficiente	Famílias com renda insuficiente
1	Angelina	5.250	2.565	48,85	1.442	27,4	359
2	Águas Mornas	5.546	1.669	30,09	437	7,8	106
3	Anitápolis	3.214	1.390	43,24	673	20,9	160
4	Antônio Carlos	7.455	1.418	19,02	373	5,0	81
5	Balneário Camboriú	108.107	21.267	19,67	8.490	7,8	2.070
6	Biguaçu	58.238	19.352	33,22	5.909	10,1	1.555
7	Bombinhas	14.312	5.536	38,68	1.848	12,9	486
8	Botuverá	4.468	869	19,44	220	4,9	51
9	Brusque	105.495	15.171	14,38	3.556	3,3	1.270
10	Camboriú	62.289	24.495	39,32	8.440	13,5	1.962
11	Canelinha	10.603	3.033	28,60	705	6,6	185
12	Florianópolis	421.203	77.177	18,32	28.466	6,7	8.895
13	Garopaba	18.144	7.422	40,90	2.894	15,9	723
14	Gov. Celso Ramos	13.012	4.849	37,4	1.764	13,6	441
15	Guabiruba	18.433	3.744	20,31	936	5,0	252
16	Itajaí	183.388	50.802	27,70	18.189	9,9	4.915
17	Itapema	45.814	15.200	33,17	5.419	11,8	1.354
18	Leoberto Leal	3.365	1.537	45,67	722	21,4	164
19	Major Gercino	3.279	1.209	36,87	261	7,9	72
20	Nova Trento	12.179	2.839	23,31	812	6,6	225
21	Palhoça	137.199	40.960	29,85	12.954	9,4	3.222
22	Paulo Lopes	6.692	2.500	37,35	791	11,8	194
23	Porto Belo	16.118	5.316	32,98	1.513	9,3	330
24	Rancho Queimado	2.748	1.243	45,23	323	11,7	87
25	Santo Amaro da Imperatriz	19.830	5.485	27,66	1.506	7,5	468
26	São Bonifácio	3.008	1.416	47,07	452	15,0	105
27	São João Batista	26.260	5.806	22,10	1.645	6,2	444
28	São José	210.513	43.641	20,73	13.698	6,5	4.240
29	São Pedro de Alcântara	4.710	1.286	27,30	586	12,4	176
30	Tijucas	30.973	10.780	34,80	3.346	10,8	956
	TOTAL	1.561.845	380.077	24,33	128.370	8,21	35.488

11. REDE DE ATENDIMENTO SÓCIO-ASSISTENCIAL NA ARQUIDIOCESE

(ref. Quadro 13)

Os programas de transferências condicionadas contra a pobreza são as políticas sociais corretamente empregadas em vários países do mundo. Hoje, no Brasil, temos o **Programa Bolsa Família**, que atende mais de 12 milhões de famílias no território nacional. É a mais importante política social executada hoje e o maior programa de transferência de condicionalidades de capital do mundo.

Como um outro direito, a Constituição Federal de 1988 assegura aos idosos, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, o **Benefício de Prestação Continuada - BPC**. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, e para acessá-lo não é necessário que o beneficiário tenha contribuído para a Previdência Social. É um direito de cidadania assegurado pela proteção social não contributiva da Seguridade Social.

Na Arquidiocese de Florianópolis temos, conforme dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 23.236 famílias, representando 5,95% da população da Arquidiocese de Florianópolis (Quadro 8 – Programas Sociais), que usufruem desse programa e têm suas principais emergências atendidas. O programa requer um aprimoramento que possibilite a saída das famílias dessa condição e passem, através de um trabalho, a gerar sua própria renda. Já o Benefício de Prestação Continuada – BPC é assegurado a 11.094 pessoas, sendo 6.352 pessoas com deficiência e 4.742 idosos, representando 0,71% da população da Arquidiocese de Florianópolis.

Observa-se que ainda permanece o desafio de que o Programa Bolsa Família se efetive por completo, pois como as ações são organizadas a partir dos municípios, estados e governo federal, a compreensão do objetivo do programa não é unânime e, por mais que existam as diretrizes de ação, a execução não é por completo. Fica-se apenas no repasse do benefício, sem atuar com ações de qualificação profissional, inclusão produtiva, etc.

As críticas em relação ao Bolsa Família são muitas, sendo a preocupação maior a acomodação das famílias que o recebem, mas a proposta é bem diferente. É preciso a ação efetiva dos municípios, com a participação e assessoria dos Estados e governo federal para ampliar as ações e de fato efetivar o programa.

Para os integrantes do BPC destaca-se a necessidade de um investimento maior na área de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, para que possam estudar, profissionalizar-se e ingressar no mercado de trabalho.

A Política de Assistência Social passa por um processo de organização, onde serviços, programas e projetos estão sendo padronizados, deixando mais claro o rumo a ser seguido. A partir da criação do Sistema Único de Assistência Social, criado em 2005, as ações passam a ter o foco na família, organizadas a partir de territórios, área de vulnerabilidades sociais, e com a participação financeira dos três entes federativos (municipal, estadual e federal), além da criação de equipamentos públicos específicos para o atendimento às famílias para fortalecer essa política.

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são espaços de atuação com a família, visando à orientação e ao fortalecimento de convívio social e familiar. É a porta de entrada dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS, além de ser um articulador de toda Rede Socioassistencial dos municípios.

Conforme dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, apenas 14 municípios da Arquidiocese dispõem de Centros de Referência de Assistência Social (Quadro 8) e alguns deles sem funcionamento pleno. Os demais 16 municípios ficam desamparados nesse serviço.

As Ações Sociais Paroquiais fazem parte da Rede Socioassistencial e desempenham um importante papel na execução da Política de Assistência Social. Podemos observar que em ??? municípios da Arquidiocese, as Ações Sociais também são os locais escolhidos para atendimento à pessoa que está em situação de vulnerabilidade social, pois ali encontram pessoas que possam ouvi-las e atender suas necessidades mais urgentes.

Apresenta-se então um grande desafio às Ações Sociais, pois, além de atender as situações emergenciais que surgem, precisam aprimorar seus programas, projetos e serviços para que de fato a transformação social na comunidade em que atuam aconteça, mesmo que seja um pequeno passo dado.

Quadro 13: Atendimento Social pelo Poder Públicos nos Municípios da Arquidiocese						
Nº	Nome do município	Nº de Famílias Atendidas - Bolsa Família	BPC			Quantidade de CRAS por Município
			Pessoa com Deficiência	Idosos	Total	
1	Angelina	174	27	1	28	
2	Águas Mornas	74	20	4	24	
3	Anitápolis	138	15	2	17	
4	Antônio Carlos	89	23	9	32	
5	Balneário Camboriú	808	414	579	993	01
6	Biguaçu	1.609	260	167	427	01
7	Bombinhas	203	25	17	42	01
8	Botuverá	20	20	4	24	
9	Brusque	844	429	275	704	
10	Camboriú	1.630	349	285	634	01
11	Canelinha	578	50	18	68	01
12	Florianópolis	5.004	1.362	1.089	2.451	12
13	Garopaba	600	47	31	78	01
14	Governador Celso Ramos	245	36	30	66	01
15	Guabiruba	316	79	42	121	01
16	Itajaí	2.711	1.190	779	1.969	03
17	Itapema	951	207	175	382	01
18	Leoberto Leal	170	18		18	
19	Major Gercino	160	11	2	13	
20	Nova Trento	180	51	14	65	
21	Palhoça	2.368	467	365	832	02
22	Paulo Lopes	296	20	3	23	
23	Porto Belo	194	84	61	145	
24	Rancho Queimado	58	11		11	
25	Santo Amaro da Imperatriz	272	56	30	86	
26	São Bonifácio	125	19		19	
27	São João Batista	492	133	54	187	
28	São José	2.346	714	608	1.322	02
29	São Pedro de Alcântara	59	3	4	7	
30	Tijucas	522	212	94	306	01
	Total	23.236	6.352	4.742	11.094	

12. Rede de Trabalhos Sociais da Arquidiocese

A prática da assistência social no Brasil sempre esteve muito ligada às instituições beneficentes, anteriormente denominadas “filantrópicas” e irmandades religiosas. A Igreja Católica em geral, sempre teve uma atuação social muito forte, acompanhando todos os ciclos sociais da história do país.

Atualmente a Arquidiocese de Florianópolis conta com uma rede de trabalhos sociais que atinge praticamente as 72 paróquias, sendo que alguns desenvolvem um trabalho sistemático e organizado, outras têm uma atuação mais pontual, voltadas para o atendimento de necessidades emergenciais da população.

A organização representativa desta rede é o Fórum das Pastorais Sociais que se reúne bimensalmente com representantes de pastorais e serviços que atuam na dimensão social da Igreja. No entanto, essa rede não é isolada, ela compõe uma dimensão muito importante da fé que é a caridade, por isso, conta com a colaboração das demais pastorais, movimentos, organismos e serviços das paróquias da Arquidiocese.

Abaixo apresentamos alguns dados desenvolvidos por esta rede.

Ações Sociais Paroquiais	
Ações Sociais filiadas a Ação Social Arquidiocesana	45
Ações Sociais que responderam o diagnóstico em 2010	34
Associados	855
Voluntários que atuam nos programas e projetos	1.028
Assistentes Sociais contratadas	08
Funcionários	24
Pessoas atendidas pela emergência social/mês	3.343
Idosos atendidos nos grupos e programas	3.899
Crianças e Adolescentes atendidas nos programas sócio-educativos	825
Crianças atendidas pela Pastoral da Criança	1.076
Pessoas que atuam em projetos de Geração de Trabalho e Renda	90
Jovens e adultos que recebem qualificação profissional	1.130
Pessoas que participam de grupo de mães	429

Pastoral Carcerária	
Unidades Prisionais atendidas	10
Voluntários	50
Número de Visitas/Mês	???

Pastoral da Pessoa Idosa	
Paróquias com a Pastoral Implantada	05
Líderes voluntários	84
Famílias visitas/mês	246
Idosos Beneficiados/mês	314

Pastoral da Saúde	
Paróquias com a Pastoral Implantada	17
Quantidade de Grupos da Pastoral	19
Quantidade de Voluntários	224
Pessoas Atendidas/mês	2.435

13. Oportunidades e Ameças do Diagnóstico Social

Seguindo a metodologia adotada no processo de construção do Plano Arquidiocesano de Pastoral da Arquidiocese de Florianópolis, que trata das fortalezas e oportunidades (fatores internos) e das fraquezas e ameaças (fatores externos). A Ação Social Arquidiocesana, juntamente com Pe. Alcione Berkenbrock e Pe. André Gonzaga identificaram alguns elementos da realidade social dos municípios da Arquidiocese, que apresentam novos desafios para a ação da Igreja Arquidiocesana nos próximos anos.

Tema de Debate	Oportunidades	Ameças
Etnias	Preservação das raízes culturais através de diversas ações motivadas pela Igreja.	Movimento migratório nas cidades, influenciando na dinâmica da conservação das raízes culturais.
Economia	Aumento das possibilidades de emprego nos municípios da Arquidiocese. Muitos grupos de economia solidária	Grandes empreendimentos econômicos (multinacionais principalmente) afetam diretamente as micro e pequenas empresas. Sazonalidade do emprego. Falta emprego na

	surgiram a partir dos trabalhos sociais das paróquias.	baixa temporada.
		Falta mão-de-obra especializada para atender setores econômicos estratégicos.
		Apoio político e financeiro voltado apenas para as grandes incorporações econômicas.
Meio Ambiente	Sensibilização dos fiéis sobre a problemática ambiental, principalmente das conseqüências das mudanças climáticas (CF 2011).	Maior ocorrência de catástrofes ambientais nos municípios da Arquidiocese.
		Debate sobre a instalação de grandes empreendimentos econômicos com grandes impactos para a natureza
Catástrofes Ambientais	Surgimentos de grupos que atuam na preservação do meio ambiente nas paróquias.	Defesa civil fragilizada.
	Igreja atendendo as pessoas atingidas nas catástrofes ambientais.	Ocupação do solo em áreas de risco.
	Criação do Plano Arquidiocesano de Gestão de Risco e Desastre.	
Comunidades Indígenas	Manutenção da cultura e das tradições Guarani nas aldeias.	Situação de miséria, discriminação e desamparo em que vivem as populações indígenas.
	Vivem em constante processo de organização e articulação com vistas a melhoria das condições de vida e garantia de direitos sociais.	Demarcação de terra continua sendo a principal luta dos povos indígenas. Falta apoio dos governos: municipal, estadual e federal.
	Algumas comunidades possuem ações coletivas com a Igreja e depositam confiabilidade;	O trabalho com as comunidades indígenas não é sistemático por parte da Igreja.
	Muitos indígenas recebem benefícios de programas governamentais.	Poucas instituições e entidades apoiadoras da causa indígena.
	Boa quantidade de comunidades indígenas na Arquidiocese.	Falta valorização da cultura indígena, com um espaço adequado para comercialização do artesanato.
		Muitas aldeias indígenas não têm terras apropriadas para a agricultura.
		Grandes projetos influenciam na organização das aldeias.
População Carcerária	Pastoral Carcerária com atuação forte e expressiva nas unidades prisionais com maior população.	Sistema prisional vigente apresenta estrutura física precária, ação desumana no atendimento aos presos, que não busca a ressocialização.
	Iniciou em Santa Catarina a CPI do sistema prisional.	Superlotação nas unidades de atendimento;
		Recursos públicos mal utilizados na recuperação e ressocialização dos presos. Alguns programas federais que não são executados nas cadeias e penitenciárias da Arquidiocese.
		Processos de presos parados e sem atenção da Justiça; ocasionando em muitas vezes a superlotação;
Defensoria Pública	Movimento estadual pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina com grande aceitação das entidades,	Santa Catarina é o único Estado do Brasil que não têm Defensoria Pública.

	movimentos, pastorais e universidade.	
	Elaboração do projeto de lei de iniciativa popular para a criação do órgão em Santa Catarina.	População empobrecida sem acesso a assistência jurídica integral;
	Participação da Igreja de Santa Catarina no Movimento pela Criação da Defensoria Pública.	Defensoria Dativa vigente no estado, caracterizada por oferta de serviço de pouca qualidade, pontual e com valor exorbitante nos cofres públicos;
		Movimento contra a criação da Defensoria Pública protagonizada pela OAB e Governo do Estado, que possuem força e poder político.
Violência	Movimentos voltados para disseminar uma cultura de paz.	Aumento do número de mortos por causa violenta.
	Organização de campanhas pela Igreja a favor da vida.	Mortes por causa violenta atingindo principalmente os jovens de 15 a 24 anos.
População	Crescimento das cidades trazendo novas possibilidades de emprego para as pessoas.	Movimento migratório de diversas famílias que buscam melhores condições de trabalho nos municípios litorâneos.
	Crescimento populacional ampliando o campo da Ação da Igreja na Arquidiocese	
Relação Campo Cidade	Alguns municípios diversificando sua economia e encontrando formas para manutenção das famílias.	Municípios rurais com maior incidência de população idosa
	A Arquidiocese é um pólo de educação e tecnologia.	
Atendimento sócioassistencial	Ações Sociais fazendo parte da rede socioassistencial dos municípios, através dos seus programas e projetos.	Ausência de uma rede socioassistencial organizada pelo poder público nos municípios.
	Ações Sociais das Paroquiais são referência para as famílias em situação de vulnerabilidade social.	Preocupação com a acomodação das famílias no Programa de Transferência de Renda, sem ações mais concretas para a emancipação das famílias beneficiárias.
	Programas de Transferência de Renda contribuindo economicamente com muitas as famílias.	Programa de Transferência de Renda.

Fontes de Pesquisa e Referências Bibliográficas:

Cartilha A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS – Produção ASA;

Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina – Governo do Estado de SC - 2003

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (www.epagri.sc.gov.br)

HERRMANN, Maria Lucia P. **Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina.**

Florianópolis: IOESC, 2006. Elaborado por,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo 2010 – www.ibge.gov.br)

Jornal da Arquidiocese de Florianópolis – Edição de Dezembro de 2010

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome;

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda;

UMBELINO, Valmor João. Texto subsídio para debate sobre a realidade sócio-econômica da população da Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: 2007